

Ministra Emília Fernandes:

“CNDM estará presente no primeiro escalão do Governo”

Na opinião da ministra Emília Fernandes, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher “estará presente no primeiro escalão do Governo”, dialogando e levando as reivindicações que democraticamente serão recolhidas pela própria ministra na discussão interna que terá com o Conselho. A afirmação foi feita semana passada, durante entrevista concedida ao CFEMEA, que questionou a ministra sobre vários temas, entre os quais o CNDM, ampliando o debate sobre este tema tão importante para os movimentos de mulheres.

Num gesto de disponibilidade e abertura para a interlocução com a imprensa feminista, a ministra Emília Fernandes destacou que procurará “dar a maior autenticidade” à sua fala enquanto presidenta do Conselho e Ministra da Secretaria das Mulheres: “vamos dialogar diretamente com o Governo, em nível de primeiro escalão, o que é uma coisa altamente positiva, inclusive para o Conselho. Dificilmente, se não tivéssemos a presidência e a própria Ministra, nós não falaríamos de igual para igual, porque o Conselho seria sempre um órgão que falaria através de seus representantes”, ressaltou Emília Fernandes.

Ao ser perguntada sobre os aspectos que mais receberam críticas de feministas, a ministra Emília Fernandes pondera, realçando que é necessário ter uma nova visão de Conselho e considerando a possibilidade de estar havendo uma interpretação equivocada sobre o que realmente é possível fazer. Para a ministra, o Conselho é deliberativo quando se trata de construir as diretrizes da política, na medida que é sua competência “propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito nacional”.

Além do CNDM, foram pontos de destaque na entrevista concedida pela ministra ao CFEMEA questões sobre a atuação da SPM no contexto de elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 e na área de violência contra a mulher. (Veja a íntegra da entrevista no site do CFEMEA: www.cfemea.org.br).

A secretaria executiva da AMB está consultando fóruns, núcleos e articulações de mulheres ligadas à AMB, nos estados, para definir sua representação no CNDM.

25 de Julho

Dia de luta de todas as Mulheres

Comemorado na última sexta-feira, 25, o Dia Latino-americano e Caribenho da Mulher Negra transforma-se num dia de luta para todas as mulheres, no contexto do feminismo anti-racista.

A participação de grupos e organizações de mulheres negras na construção da AMB, a presença da AMB nos debates preparatórios à Conferência de Durban e a ação anti-racista em diversos eventos, entre os quais nos Diálogos contra o Racismo, em conjunto com várias organizações da sociedade civil, são passos importantes para o posicionamento da AMB por uma aliança feminista anti-racista.

Mais recentemente, através das oficinas regionais organizadas por fóruns e articulações de mulheres dos estados, a AMB vem aprofundando o sentido de ser feminista anti-racista. E este sentido trata de incorporar o combate ao racismo como um dos objetivos do feminismo, reconhecendo e valorizando nesta luta o protagonismo de todas as mulheres afrodescendentes.

25 de julho - dia de luta e de festa para todas as mulheres. Um outro dia internacional das mulheres.

Adeus a Francisca Trindade

Feministas se despediram de uma grande mulher, liderança do movimento negro, no Piauí. Francisca Trindade faleceu após ter sofrido um aneurisma cerebral, na última sexta, enquanto discursava na Conferência Estadual de Apicultura e Pesca, em Teresina.

Francisca tinha 37 anos e cumpria seu primeiro mandato como deputada federal, tendo sido eleita com número recorde de votos em seu estado.

Às companheiras do Fórum de Mulheres do Piauí, nossa solidariedade.

Encontros Feministas

- Dias **30 e 31 de julho** estará reunida a Comissão Organizadora do 14º Encontro Nacional Feminista. Para a reunião, foram convidadas feministas de diversos movimentos de mulheres.

- Nos próximos dias **01 e 02 de agosto**, algumas das redes feministas internacionais que estiveram reunidas ao término do III Fórum Social Mundial, articulando iniciativas e compromissos comuns, estarão em Montevideu. Desta vez, para debater sobre a intervenção feminista no FSM, a Campanha contra os Fundamentalismos e sobre o próprio espaço de articulação entre as redes. Além da AMB, participam várias organizações feministas brasileiras.

- O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA promove de **25 a 28 de novembro** próximo, em Salvador, o I Seminário Internacional: O Feminismo Acadêmico em Debate e o IX Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es sobre Mulher e Relações de Gênero. Até o próximo **dia 15 de agosto** podem ser enviados resumos de comunicação para a organização do evento. Informações: (071) 237-8239 ou neim@ufba.br.

OMC – Atualizando informações

Depois do Seminário "As estratégias das Mulheres para a OMC" (junho/2003), promovido pela Rede Internacional de Gênero e Comércio, o momento agora é de atualizar informações sobre o processo de negociação, em diversos setores.

De 31 de julho a 01 de agosto, será realizada em São Paulo a Conferência Regional *De Doha a Cancún – Países em Desenvolvimento na OMC*. O evento será promovido pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), juntamente com a FASE, a Fundação Friedrich Ebert / ILDES, o Grupo de Análise e Conjuntura Internacional da USP, o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, além do Instituto Ethos e o jornal Valor Econômico.

A conferência é parte da estratégia da Fundação Friedrich Ebert, que vem promovendo conferências regionais para estabelecer uma plataforma de diálogo entre representantes da sociedade civil, de governos, da OMC e das universidades.

A conferência em São Paulo, a exemplo das realizadas em Bangkok, Berlim, Cairo e Cidade do Cabo deverá promover a troca de análises sobre estágios da negociação atual na OMC, particularmente sobre agricultura e serviços. Estará representando a AMB no evento a coordenadora do Fórum de Mulheres do DF e integrante do GT da REBRIP sobre propriedade intelectual, Kátia Guimarães.

Ontem, começou em Montreal (Canadá) a Mini-Ministerial da OMC que, segundo analistas, vem como uma tentativa de "salvar" a reunião da OMC, em Cancún. O site <http://montreal.resist.ca/wto.shtml> (inglês) é da Mobilização Popular contra a OMC.

Previdência:

Negociações para inclusão social

O documento "As Propostas das Mulheres para a Reforma da Previdência", entregue a parlamentares e enviado a diversos movimentos sociais, recebeu recentemente o apoio da Secretaria Nacional para a Mulher Trabalhadora da CUT, da Secretaria da Mulher da Força Sindical e do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA). O documento foi entregue em junho, logo após ser aprovado (ao final do Seminário "As Mulheres na Reforma da Previdência") e assinado por diversas organizações de mulheres. Passados dois meses desse processo, as Propostas das Mulheres - por seu caráter de inclusão social e não corporativo - seguem estimulando a luta por diminuição das desigualdades na Previdência.

Neste sentido, um reforço importante foi a criação do Grupo de Trabalho no Congresso Nacional, que deverá apresentar, em 60 dias, soluções para questões previdenciárias que não exigem mudança constitucional. Entre elas, a inclusão de 40 milhões de trabalhadoras/es que atualmente estão fora do sistema. O GT foi incorporado ao texto do relatório apresentado pelo deputado Pimentel.

Outro GT, de caráter interministerial, foi criado a partir da audiência pública convocada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com presença do ministro Ricardo Berzoini (Previdência), e da qual participaram diversas redes e articulações nacionais de mulheres. A composição do GT inclui representações da SPM, dos Ministérios da Previdência e do Trabalho e Emprego, além da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Seu objetivo é fazer um diagnóstico da situação da mulher no mercado de trabalho, na perspectiva de construção de políticas para a sua Segurança Social, considerando principalmente as excluídas do sistema, as donas-de-casa, trabalhadoras domésticas, informais, além das inseridas em setores vulneráveis. O GT foi criado pela Portaria 77 (de 12/6/03).

Em sua coluna na Folha de SP (20/7/03), Gilberto Dimenstein criticou a diferença de idade entre homens e mulheres para fins de aposentadoria, argumentando já não ser mais necessário. Matéria vinculada à coluna, trazia opinião semelhante de alguns intelectuais.

Feministas escreveram ao colunista sobre o caráter político do diferencial, que é mínimo, frente à dupla jornada, aos salários menores para idênticas funções e à preponderância de homens nas chefias. Ana Paula Portella (SOS Corpo /PE) em carta enviada, disse, entre outras coisas: cabe ao Estado contribuir para a correção das desigualdades de gênero implantando equipamentos sociais que coletivizem o trabalho doméstico. Enquanto existem a dupla jornada e outros malefícios, o diferencial é um mecanismo democrático e deve ser mantido.

De fato, não se trata de privilégio, como afirma o jornalista, mas de compensar injustiças da divisão sexual do trabalho e do mercado de trabalho no momento da velhice, quando a maioria das mulheres continua nos serviços domésticos para a família.

CONtextos - Divulgamos o novo número do Boletim da Rede Internacional de Gênero e Comércio, no site da REBRIP (www.rebrip.org.br) e anexamos um breve histórico sobre o 25 de julho, de Lúcia Xavier (Criola).